

4 5

6

8

9

10

11 12

13 14

15

16

17

18 19

20 21

22

23

24 25

26 27

28

29

30

31

32

33 34

35

36

37 38

39

40 41

42

43

44

45

46

47 48

49

50

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e vinte minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, sito no Setor de Administração Federal Sul, Quadra dois, Bloco "B", Edifício Via Office, Térreo, Sala cento e quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a décima sexta plenária do décimo sexto plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes entre conselheiros e convidados: Mariza Monteiro Borges, Rogério de Oliveira Silva, Sergio Luis Braghini, Maria da Graça Corrêa Jacques, João Baptista Fortes de Oliveira, Madge Porto, Meire Nunes Viana, Jefferson de Souza Bernardes, Raquel Guzzo, Roberto Moraes Cruz, Rosano Freire Carvalho e Vera Lucia Morselli. Mariza Monteiro Borges iniciou a reunião submetendo a pauta para análise. Foram inseridos os seguintes informes: a) GT de Especialização; b) CIRH/CNS; ambos por parte de Jefferson Bernardes; e c) FNTSUAS; por parté de Meire Viana. Informes 1. Pesquisa Convênio MEC (Resposta da UFMT relativa à pesquisa sobre violência nas escolas): o CFP recebeu resposta da Reitoria da Universidade Federal do Mato Grosso, mas não há novidades: foram reencaminhados os mesmos documentos já remetidos anteriormente. O convênio foi concluído mas o CFP não tem qualquer relatório final, embora solicitações tanto a Comissão de Pesquisa, através da sra. Angela Soligo como da Universidade do Mato Grosso. 2. Representações (FCFAS e Conselhão): o CFP possui assento no Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS) e no Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas (Conselhão), por meio da representante Mariza Monteiro Borges. Mariza explicou brevemente os temas discutidos nesses fóruns e ressaltou que toda e qualquer demanda que deva ser discutidas com essas instituições deve ser realizada por meio desses fóruns, para evitar problemas políticos e/ou enfraquecimento desses espaços. 3. Inquérito Policial nº 0121/2014/DPF (eleições CFP 2013): a Polícia Federal não evoluiu nas investigações. Houve solicitação de apreensão do computador de onde foram realizadas as tentativas de fraude, entretanto, isso não foi autorizado pela justiça. A Assessoria Jurídica do CFP continua a acompanhar o caso. 4. Contratação de funcionário para o CREPOP: foi realizado contato com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e foi elaborado novo plano de trabalho, que chegou ao CFP na última sexta-feira e está seguindo os trâmites internos para assinatura final. Serão realizadas entrevistas para a contratação do (a) técnico (a) via UFRN, e estão sendo solicitados encaminhamentos de Curriculum Vitae de possíveis contratados. 5. Projeto Memórias da Psicologia: Ana Jacó enviou o informe, destacando o que já foi produzido até o momento. O Plenário aplaudiu o desenrolar das ações mas ressaltou que o CFP não deve se envolver em pesquisas de campo enquanto não houver regulamentação para tanto. 6. Encaminhamentos da 15º Plenária (status atual): foram citados dois pontos cujos encaminhamentos ainda não estão satisfatórios. Um é referente ao diálogo com o Conselho Federal de Fonoaudiologia sobre a especialização em Neuropsicologia. Em plenárias anteriores foi combinado que o CFP pediria parecer de duas associações de Neuropsicologia sobre a especialidade, entretanto, o CFP solicitou parecer apenas de uma associação. Isso será revisto.P solicitará o parecer de mais uma. Outro ponto ainda pendente é relativo aos contatos com os órgãos de trânsito no sentido de tentar resolver as questões relativas a exigência do título de especialista em Psicologia de Trânsito. Ainda não foram tomadas providências cabíveis. 7. CONPSI: todos os trabalhos do CFP foram aceitos pelo CONPSI e em breve será realizado contato com os palestrantes para agendamento de passagens e hospedagens. Importante que cada coordenador de mesa estimule os participantes a preencherem a ficha cadastral solicitada pelo CFP para agilizar as providências administrativas. 8. GT de Especialização: houve reunião com a SBPH - Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar, a pedido desta entidade, a qual

B ill ren

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, sala 104 - CEP:70 070-600 - Brasilia/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp org.br



54

55

56

57

58

59 60

61

62 63

64

65

66

67 68

69

70 71

72

73

74 75

76

77

78

79

80

81

82 83

84 85

86

87 88

89

90

91

92

93

94

95

96

97 98

99 100 justificou a solicitação de contato já que é a única instituição que realiza o concurso de especialistas em parceria com o CFP, enquanto para as outras especialidades a prova é realizada somente pelo CFP juntamente com empresa contratada por meio de licitação. A reunião foi produtiva. Ficou combinado que a SBPH irá escrever tudo o que foi relatado na reunião para registro e, além disso, haverá um esforço conjunto para esclarecimento da categoria sobre os motivos da não realização do concurso no Congresso da SBPH neste ano, como costumava acontecer. Foi combinado também que o CFP terá um espaço no Congresso da SBPH. 9. CIRH/CNS: Jefferson representa o CFP na Comissão Intersetorial de Recursos Humanos do Conselho Nacional de Saúde (CIRH-CNS), no segmento dos trabalhadores e lá está surgindo a discussão sobre o Plano de Carreira do SUS. Foi combinado que será constituído grupo de trabalho com cinco membros da CIRH (obrigatoriamente titulares). A CIRH sugeriu que esse Grupo seja composto por três gestores, um trabalhador e um usuário. Ou seja, não há paridade. Na última reunião da CIRH, foi possível cancelar essa composição e ficou combinado que na próxima reunião será feita nova elaboração de constituição do GT, para buscar maior paridade. A estratégia será de articulação com o Fórum de Entidades Nacionais de Trabalhos da Saúde - FENTAS. 10. Fórum Nacional dos Trabalhadores do Sistema de Assistência Social (FNTSUAS): há uma resolução que define as atribuições dos profissionais de nível médio que se confundem com aquelas desenvolvidas por profissionais de nível superior do SUAS. Como este ano, em maio, se iniciam as Conferências Municipais de Assistência Social, das quais as (os) psicólogas (os) participam, é importante entender como essa definição de atribuições afeta a Psicologia, para que o CFP possa apresentar um posicionamento em Seminário previsto para acontecer em junho, em Curitiba. O Plenário sugeriu que a demanda seja encaminhada à Gerência Técnica do CFP para parecer. Além disso, o CFP faz parte da Comissão de Assuntos Financeiros do FNTSUAS e lá foi demandado que as instituições participantes devem avaliar como podem contribuir para a impressão da carta de princípios, plano de ação e outros documentos do Fórum. Foi recomendado que o apoio seja solicitado, preferencialmente, por meio de edital que está disponível na página do CFP até o dia 30 de março, segunda-feira. 11. Reunião FCFAS (Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde): na última reunião desse Fórum houve informe de que os orçamentos dos Conselhos Federais devem passar a compor o orçamento da União. Na ocasião se discutiu também a transição de funcionários dos Conselhos Profissionais do Regime Celetista para o Regime Estatutário, bem como a necessidade de criação de instância reguladora desses Conselhos. 12. Secretaria de Saúde de Goiana-PE: Rosano Carvalho informou que assumiu o cargo de Gestor Municipal da Secretaria de Saúde de Goiana-PE, o que foi parabenizado pela plenária. Pontos de pauta. Foi solicitada a inclusão do ponto "Número Especial da Revista Psicologia, Ciência e Profissão", por Madge Porto. Aprovada a pauta, iniciou-se a discussão. 1. Aprovação das atas da 15ª Plenária: os documentos foram aprovados por unanimidade. 2. Prestação de contas do Conselho Federal de Psicologia: a apreciação e aprovação devem se dar na Plenária de abril. O documento foi remetido por via eletrônica para que participantes da reunião plenária tomassem conhecimento prévio do assunto e a versão final será remetida oportunamente. 3. Processos éticos. 3.1. Designação de Relatoria de Processos Éticos: há três processos éticos para serem julgados em junho, os relatores serão: processo nº 333-15: relator Sérgio Braghini; processo nº 365-15: relator Roberto Cruz; processo nº 356-15: relator: João Alchieri; processo nº563-15: relator: João Baptista; processo 484-15: relatora: Meire Viana. 3.2. Alterações nas Relatorias de Processos Éticos: o Plenário foi informado das seguintes alterações nas relatorias de processos éticos: a relatoria do PDE nº 2211-14, em março, foi transferida de Eliandro



104

105

106 107

108 109

110

111 112

113

114

116

117 118

119

120 121

122

174

125

126

127

128

129

130 131

132 133

134

135

136

137

138

139 140

141

142 143

144

145

146 147

148

149 150

Araújo para Vera Morselli; a relatoria do PDE nº 126-15, em abril, foi transferida de Lurdes Oberg para Vera Morselli; a relatoria do PDE nº 160-15, em maio, foi transferida de Vera Morselli para Eliandro Araújo; a relatoria do PDE nº 66-15, em maio, foi transferido de Meire Viana para Madge Porto. 4. CREPOP: em 13 de março, o CFP realizou, na sua sede, o Seminário "Perspectivas dos Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil a partir das Políticas Públicas", parte do conjunto de ações que subsidiarão a pesquisa sobre Atuação dos Psicólogos e Psicólogas em Direitos Sexuais e Reprodutivos, promovida pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP, com a presença de conselheiros regionais e técnicos do CREPOP dos diversos Conselhos Regionais. Meire Viana fez uma breve descrição do andamento da reunião, ocasião em que o CFP recebeu várias críticas dos CRPs. Importante destacar que os CRPs realizaram reunião informal na véspera do evento, para a qual o CFP não foi convidado, nem tomou conhecimento da pauta e dos encaminhamentos propostos. Meire Viana apresentou, ainda, o texto produzido por um pequeno grupo delegado pelo Conselho Consultivo do CREPOP a ser utilizado para lançar a pesquisa sobre direitos sexuais e reprodutivos. O Plenário do CFP identificou diversos problemas no texto e na forma como ele foi produzido. Após intensa discussão, foi definido, por oito votos contra três, que as reuniões temáticas das três pesquisas que já estão nas fases conclusivas e com reuniões confirmadas terão continuidade (CRAS, Educação Inclusiva e Mobilidade e Trânsito); entretanto, as demais ações serão revistas e discutidas na Plenária do CFP de abril. Sobre outras deliberações da reunião do CREPOP será avisado ao Conselho Consultivo que não é possível criar Comitê de Ética em Pesquisa, haja vista que isso não faz parte das atribuições do CFP, e que as pesquisas do CREPOP deverão ser avaliadas pelo Comitê de Ética da UFRN com a qual o CFP tem convênio. Foi definido também que toda e qualquer ação prevista do CREPOP junto ao CONEP devem ser canceladas, em virtude da determinação do Regimento Interno do CFP e reuniões deste tipo não devem se concretizar. O Plenário encaminhou por fim que haverá reunião com o Conselho Consultivo do CREPOP, ainda em abril, para avaliar o papel do CFP no CREPOP e sugerir a criação de um Comitê Executivo para gerir essa política. 5. Reunião da Comissão de Psicologia na Educação: Meire Viana informou que o Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC solicitou ao CFP parecer relativo às discussões jurídicas que se instauraram em âmbito nacional acerca do corte etário para o acesso ao ensino fundamental, a partir da definição dada pela Resolução 06/2010 A consulta foi respondida com parecer o Conselho Federal de Psicologia - CFP, consultada a Comissão de Educação do CFP, de forma favorável ao corte etário e de forma desfavorável à condicionalidade da avaliação psicológica para a matrícula de crianças fora do corte etário para o ensino fundamental e educação infantil. Raquel Guzzo acrescentou que o parecer foi acatado pelo CNE e já publicado. A partir disso, a Comissão de Educação sugeriu a realização de uma campanha mais ampla sobre o assunto. Foi definido que o parecer deve ser encaminhado ao Plenário e à Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica - CCAP, por e-mail, para conhecimento e que deve ser ampla matéria pela Assessoria de Comunicação sobre o tema e o conteúdo do parecer. Foi aprovado também o encaminhamento de que Meire Viana e Raquel Guzzo avaliarão com a Comissão de Educação se há realmente necessidade de realizar campanha mais ampla sobre questões correlatas. 6. Avaliação de Testes Psicológicos: Roberto Cruz passou à apresentação dos pareceres para avaliação do Plenário, destacando que foi possível o envio, com antecedência de cinco dias, apenas dos materiais de um dos testes, haja vista que os demais tiveram as avaliações concluídas pela Comissão no dia anterior à sessao pienaria. O rienario 10.00 duas abstenções, de acordo com os pareceres da CCAP relativos ao Teste de Memória

And Call

A

2

CEP 70 070-600 - Brasilia/DF - Bras



154

155

156 157

158

159

160

161

162

163 164

165

166

167

168 169

170

171

172

173

174 175 de Reconhecimento de Faces (MRF) e à EdAAI - Escala de Autenticidade, Agressividade e Inibição. Foi definido também que o CFP deve produzir matéria com a CCAP sobre a nova forma de avaliação dos testes. 7. Apreciação de Criação de GT de Avaliação Psicológica em Concursos Públicos: Roberto Cruz informou que a CCAP recebe demandas diversas que envolvem a temática de avaliação psicológica, de modo que o grupo pretende se dividir para ter subgrupos especializados em cada tema. Um deles seria referente à avaliação em concursos públicos, com representações do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica - IBAP e da SBPOT - Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Tem surgido também a necessidade de se discutir especificamente a avaliação psicológica no processo para a obtenção de porte de arma de fogo, a partir de diálogo com a Polícia Federal, a qual concordou em auxiliar o CFP fornecendo informações para se conhecer o perfil necessário para o uso do porte de arma de fogo, entre outros. O Plenário votou a favor da criação do GT de Avaliação Psicológica em Concursos Públicos, regulamentado por meio de portaria definindo o objetivo do grupo, previsão de início e fim dos trabalhos. Foi encaminhado também que será avaliada a proposta de criação de GT sobre avaliação psicológica para o porte de arma de fogo, em parceria com a Polícia Federal. Os demais pontos restaram para discussão no dia seguinte, com exceção do ponto de número dezoito: Proposta de Emendas ao PL 4364/2012, no qual ficou definido que será realizada uma reunião de João Baptista com a diretoria no próximo dia dez de abril. Mariza Borges informou que conversará com o relator do PL na próxima semana. Às dezenove horas e dez minutos, Mariza Monteiro Borges encerrou a Plenária. Nada mais havendo a tratar, eu, Maria da Graça Corrêa Jacques, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados. Ata aprovada por unanimidade.